



ST 1: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O PAPEL E A GESTÃO DAS UNIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THE ROLE AND MANAGEMENT OF UNIVERSITIES IN REGIONAL DEVELOPMENT

Mônica de Fatima BERNO¹, Rosenery Loureiro LOURENÇO²,

Resumo: A universidade é uma instituição social que comunica o funcionamento e a estrutura da sociedade. Nos últimos anos, sob a força do neoliberalismo, o ensino superior vem se aproximando de um modelo de mercantilização a fim de transformar o conhecimento em produto negociável. O papel da universidade pública, em tempos neoliberais, vem sendo discutido e sua contribuição para o desenvolvimento regional vem recebendo destaque, principalmente no tocante às pesquisas inovativas alinhadas aos meios empresariais, governamentais e à própria sociedade. Este artigo se propõe a refletir sobre o significado e a gestão da universidade, à luz do gerencialismo neoliberal, e os seus impactos para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Universidade pública. Reforma Gerencial. Desenvolvimento regional.

Abstract: University is a social institution that communicates the functioning and structure of society. In recent years, under the force of neoliberalism, higher education has been approaching a model of commodification in order to transform knowledge into a negotiable product. The role of the public university, in neoliberal times, has been discussed and its contribution to regional development has been highlighted, especially with regard to innovative research aligned with business, government and society itself. This article aims to reflect on the meaning and management of the university, in the light of neoliberal managerialism, and its impacts on development.

Keywords: Public university. Managerial reform. Regional development.

INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição social que exprime, em certa medida, o funcionamento e a estrutura da sociedade (CHAUÍ, 2003). Nesse sentido, as ações da universidade devem ser voltadas para os projetos da sociedade, formando pessoas que possam contribuir nos campos sociais, políticos e econômicos.

Considerando que as mudanças na universidade deveriam acompanhar as transformações sociais, alguns de seus membros defendem um maior vínculo entre universidades e empresas (SILVA,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. monicaberno79@hotmail.com

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. roseneryll@gmail.com



OBSERVADR





2012). A despeito dessa perspectiva, há outros pesquisadores que entendem a educação como investimento social e político (CHAUÍ, 2003), sob essa ótica o mercado e as interações empresariais não devem ter primazia nos direcionamentos da universidade. A partir do momento que os países da América Latina implementaram reformas administrativas fundamentadas em pressupostos neoliberais e incluíram a educação no escopo dessas reformas como estratégia para erradicação da pobreza, o ensino superior passou a ser uma estratégia para melhorar a qualidade, a eficiência e preparar a força de trabalho para o mercado (COSTA; SILVA, 2019).

Sob a força do neoliberalismo, o Banco Mundial publicou, em 1999, o *Documento estratégico del Banco Mundial: La educación en América Latina y el Caribe* em que aponta algumas diretrizes para o ensino superior, distanciando a universidade para um modelo de mercantilização a fim de transformar o conhecimento em produto negociável (COSTA; SILVA, 2019). Esse direcionamento parece fragilizar a universidade em seu papel social mais amplo, especialmente quando a importância da universidade para o desenvolvimento é considerada sob um conjunto complexo de impactos relacionados ao papel de formação acadêmica, cultural e cidadã do indivíduo, como nos mostram Hoff, San Martin e Sopeña (2011).

As autoras do presente artigo entendem que a universidade tem uma função social precípua, além disso, defendem a tese de que não se pode negar as possibilidades de contribuição das universidades para o desenvolvimento regional que está imbricado para além dos aspectos meramente econômicos. Conforme explanam Ferreira e Leopoldi (2013) desde a década de 1990 o modelo de desenvolvimento econômico tem enfatizado a eficiência de gestão e inovação para melhorar a competitividade das empresas e um conjunto de atividades de interação entre universidades e empresas tem sido estimulado. Nesse modelo a universidade tende a perder seu papel como instituição que tem a sociedade, como esclarece Chauí (2003), como seu princípio e referência e está inserida nas divisões sociais e políticas. Essa autora destaca ainda que a reforma do Estado transformou a universidade em uma organização social e nos convida a repensar a responsabilidade pública da universidade, o que requer uma recuperação de seu verdadeiro sentido e uma reflexão sobre sua existência no mundo onde está inserida.

Uma vez que o neoliberalismo propõe mudanças que atendem primordialmente ao capital, consideramos oportuno refletir sobre como a universidade pode se adaptar aos novos tempos e incluir novas práticas de gestão, mas sem perder sua identidade social e assim contribuir ao desenvolvimento regional para além dos resultados econômicos. Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre o significado e a gestão da universidade, à luz do gerencialismo neoliberal, e os seus impactos para o desenvolvimento. A contribuição desse artigo é discutir a universidade contemporânea sob o entendimento de que ela necessita de mudanças, além disso, não deve sacrificar a sua função social ou restringir seu papel no desenvolvimento.

Além dessa introdução o artigo tem outras quatro seções. Inicialmente discutimos algumas questões que permeiam a universidade pública no contexto da reforma gerencial brasileira. Depois, na terceira seção discorremos sobre o impacto das universidades no desenvolvimento, e na quarta seção abordamos diferentes lentes teóricas sobre o binômio universidade-desenvolvimento. Na quinta seção apresentamos as reflexões finais do artigo e por fim elencamos as referências.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM TEMPOS NEOLIBERAIS



OBSERVADR





A universidade é uma instituição que reflete a sociedade em que vivemos. Nesse ambiente de aprendizado, é natural que discussões, ideias conflitantes, saberes e reflexões diferenciados sejam um paralelo das ideias que permeiam a sociedade civil de uma nação. Contudo, nesse manancial de ideias, e com o advento de uma política neoliberal nas universidades (COSTA; SILVA, 2019; PIRES; REIS, 1999), alguns embates entre o significado e o compromisso social da universidade (CHAUI, 2003) tem vindo à tona, exprimindo um anseio sobre a real relevância desta.

Pires e Reis (1999) entendem que as instituições de ensino superior tem sido alvos de reformas políticas do projeto neoliberal, com a meta de transformar as universidades em empresas econômicas. A educação tem, então, um destaque estratégico na política neoliberal, sendo um direito social transformado num serviço social. Assim, esse “neoliberalismo acadêmico” trata a universidade como uma entidade “especializada e integrada aos circuitos de reprodução do capital” (COSTA; SILVA, 2019, p. 31).

Esse processo de política neoliberal desobriga o Estado a financiar as atividades das universidades. Com isso, tem-se uma procura por fontes alternativas de financiamento, o que colocaria em risco um dos princípios básicos da universidade: a autonomia (PIRES e REIS, 1999).

A autonomia universitária passa a receber outro tratamento sob o neoliberalismo. Uma vez que a universidade é mantida através de recursos públicos, o Estado é seu mantenedor e sob muitos aspectos, não toma a Educação como investimento. A autonomia, muitas vezes tratada como privilégio, é fundamental para a gestão universitária, pois permite que a universidade possa se estruturar a partir de suas próprias experiências (FERNANDES; GASPAS, 2018). Ressalta-se aqui que essa autonomia diz respeito às ações e fins próprios da universidade no que concerne ao ensino, à pesquisa e à extensão, sendo que “seus atos administrativos valem como lei e se não atentarem contra as leis maiores, não podem ser contestados pelo Estado” (FERNANDES; GASPAS, 2018, p. 221).

É necessária essa interação entre Estado e universidade, pois em teoria, esta última deve fazer um trabalho acadêmico alinhado ao desenvolvimento e comprometida com alternativas econômicas e sociais. De fato, a

autonomia universitária a ser expressa na "capacidade da universidade de decidir sobre seus destinos", não pode deixar de pensar na formação de seus profissionais em relação ao mundo que nos resta para viver, isso implica uma universidade comprometida com outras alternativas epistêmicas e econômicas (AGUILERA MORALES, 2016, p. 144, tradução nossa).

A propósito da autonomia, Chauí (2003) destaca que a mesma só será efetiva se as universidades recuperarem o poder de definirem suas próprias prioridades e linhas de pesquisa. Esta autonomia compreende três sentidos principais: a “autonomia institucional (autonomia em relação aos governos), autonomia intelectual (autonomia em relação a credos religiosos, partidos políticos, ideologia estatal, imposições empresariais e financeiras) e autonomia da gestão financeira que permite destinar os recursos segundo as necessidades regionais e locais da docência e da pesquisa” (CHAUI, 2003, p. 12).



OBSERVADR





Considerando que a universidade deva ser financiada para a garantia de sua independência e existência, alguns membros da academia defendem uma maior interação universidade-empresa, com vistas a alcançar financiamento para pesquisas inovativas (SILVA, 2012). Contudo, esse caráter de pesquisas em Produção e Desenvolvimento (P&D) não tem atraído empresas com o propósito de financiamentos de pesquisas. Na verdade, de acordo com Silva (2012) as empresas não buscam esse tipo de parceria, e os maiores valores para pesquisa e manutenção ainda são os repassados pelo Estado.

Silva (2012) ainda destaca que essa relação tende a se basear num modelo orientado como os que ocorrem em países de capitalismo avançado, levando a empresa a se tornar sinônimo da sociedade. Mas o papel da universidade está além disso, com forte importância na formação da cidadania e desenvolvimento da sociedade civil (DIAS SOBRINHO, 2015). De fato, essa responsabilidade é construída em uma sociedade discrepante, onde formação e conhecimento são por vezes tratadas como simples mercadorias. Porém, a

universidade é uma instituição da sociedade, com quem tem compromissos e responsabilidades ineludíveis. Recusá-los seria negar a sua essência e sua principal razão de ser. Sem sentido vital e valência social, não mereceria existir uma instituição criada e mantida pela sociedade para o bem de todos (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 582).

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito a pluralidade. Como já foi mencionado, a universidade é um espaço que acolhe diferentes pensamentos, ideologias, crenças, culturas, movimentos. Cada indivíduo que passa a fazer parte desse espaço, ainda que temporariamente, traz consigo sua própria história, com diferentes perspectivas sobre o ser e o pensar. Nesse sentido, Nogueira e Nogueira (2002, p. 33), apontam para a “diversidade interna do sistema de ensino. As escolas e os próprios professores, dentro delas, não seriam todos iguais”.

Obviamente que esta pluralidade também se aplica aos próprios gestores. Apesar de se esperar que estes sejam imparciais e lógicos no tocante ao planejamento e à gestão universitárias, estes indivíduos também carregam suas próprias ideias e crenças, e em alguns aspectos, sua formação ou pensamentos influenciam as práticas administrativas. Um exemplo disso está no estudo de Signorini (2018) o qual mostra que as propostas de internacionalização de uma universidade pública no interior de São Paulo, pelo período de dois reitorados, serviram para legitimar a gestão e reproduzir o poder institucional. Naquela instituição, observou-se um foco voltado para as disciplinas das ciências e tecnologias, no tocante à internacionalização.

Esse destaque excessivo da gestão para algumas áreas de conhecimento sugere a importância que se dá para algumas áreas suplantando outras, além disso, como explica Signorini (2018), este tipo de posicionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) também pode refletir uma atenção voltada para áreas mais mercadológicas, cujos profissionais causem impacto imediato na sociedade.

Costa e Silva (2019) refletem sobre uma universidade que, através de uma “empresarialização” contém mecanismos que introduzem a lógica privada no público. Isso implica em uma incorporação de princípios de mercado nos seus processos de gestão.

Como a universidade pública da forma como foi criada no Brasil tende a ser conservadora (FALQUETO; FARIAS, 2013), o discurso de que é necessário adequar-se à uma gestão



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

contemporânea (WERTHEIN, 2003 in FALQUETO; FARIAS, 2013) vem se fortalecendo, pois do contrário, a universidade poderá se tornar ineficiente com consequências diretas ao ensino. Falqueto e Farias (2013, p. 39) afirmam que é “necessário repensar sua gestão e combater características que prejudicam a sua dinâmica gerencial e a busca por resultados e eficiência”.

Uma vez que a universidade é financiada pela sociedade, e seu planejamento institucional está vinculado a orçamentos anuais, espera-se que a população possa relacionar a sociedade aos orçamentos universitários e que a universidade apresente seus resultados de forma transparente (CHAUÍ, 2003). No bojo da reforma gerencial no Brasil, várias propostas de melhorias para a gestão universitária e transparência das ações vêm sendo sugeridas, e incluem, por exemplo, gestão por competência, mapas estratégicos, novas perspectivas de governança e escritórios de gerenciamento de projetos, como é possível constatar nos estudos de Búrigo e Laureano (2013), Martins (2015), Sobreira e Domingues Júnior (2017) e Oliveira et. al., (2017). A maioria dessas propostas reúne elementos das reformas gerenciais preconizadas pela *New Public Management* (NPM) tais como descentralização, inserção de medidas de desempenho, melhoria na gestão contábil e financeira e maior uso de tecnologias (GRUENING, 2001). Avaliar o desempenho e inserir novas formas de controlar melhor o orçamento e os serviços públicos impactam a gestão pública (ABRÚCIO, 1997) e dependendo de como forem aplicadas, modificam a gestão universitária, a partir do gerencialismo, tanto positiva como negativamente.

Algumas pesquisas discutem que, com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de aperfeiçoar o modelo de gestão universitária e aplicar uma *governança* mais condizente com eficiência, qualidade nos resultados e boas práticas de transparência. Embora Sobreira e Rodrigues Junior (2017) tenham relatado que os gestores universitários têm aderido às práticas de governança nas IES, Cardozo (2012, p. 136) concluiu que “há carência de políticas e ações de governança relacionadas à qualidade do ensino”.

A universidade brasileira tem tido sua gestão transformada para adaptar-se às ferramentas gerenciais utilizadas na gestão privada, e estas por sua vez, divergem em muitos pontos da gestão pública. Como bem colocam Falqueto e Farias (2013), a reforma do Estado submete as universidades à uma lógica privada, dando ênfase aos princípios da competição e da valorização do “cliente-consumidor”.

Ao discutir a trajetória da universidade brasileira, Falqueto e Farias (2013) analisaram dois modelos de gestão pública, o burocrático e o gerencialista. Esses autores concluíram que esse modelo burocrático pode alcançar alto grau de eficiência, contudo, pode se perder em meio a distorções funcionais, como o excesso de normas e rigidez. O modelo gerencialista propõe um “ajuste das universidades à lógica do setor privado e assim, alterações em sua forma de gestão” (FALQUETO; FARIAS, 2013, p. 38).

Ao estudar o processo de formação de estratégias em instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, De Marco e Fiates (2016) apontaram um aumento do número de IES públicas e privadas no país, que desencadeou um processo competitivo entre as mesmas. Esse ambiente pode, através de alguns agentes como sindicatos, clientes, concorrentes, políticas, variáveis econômicas, entre outros, influenciar as ações estratégicas das instituições. De modo geral, o processo estratégico das instituições analisadas refletiu um processo planejado, formal, com “tímida concentração no aprendizado e em certa medida, condicionada pelos dirigentes” (DE



OBSERVADR





MARCO; FIATES, 2016, p. 231).

Podemos conceituar como outro ponto de reflexão sobre a gestão gerencial a quantidade de docentes efetivos em uma universidade. Observa-se, nos últimos anos, um aumento do número de professores temporários. Estes, sem estabilidade financeira e sem as vantagens de um cargo do quadro permanente, vivem de forma instável, o que reflete em seu trabalho na docência. Fernandes e Gaspar (2018), em um estudo sobre autonomia e gestão universitária nas universidades paranaenses, relatam que o número de professores temporários nas universidades mais jovens é exponencialmente maior do que o número de professores temporários em universidades mais tradicionais. Nesse sentido é importante considerar a terceirização, tida como característica fundamental das premissas neoliberais. No projeto neoliberal, o docente vem sendo destituído da habilidade reflexiva e investigativa e a autonomia do professor universitário está se reduzindo a diversas formas de exploração, em razão do aumento da carga horária de trabalho e o estabelecimento de subcontratações (ANDRADE et al, 2018).

Com a expansão das universidades públicas nos últimos anos, principalmente com a criação de cursos de pós-graduação, observa-se um aumento exponencial das atividades docentes, da carga horária de trabalho e da pressão para a produção e publicação de artigos, elementos que apontam uma lógica de gestão voltada para resultados. Isso é o que alguns autores como Andrade et al (2018) chamam de lógica produtivista e que reflete a “mercantilização” da universidade e afeta a função social da instituição. Importa ainda reconhecer que alguns docentes consideram a intensificação da jornada de trabalho como algo inerente ao cargo. Outra parte, contudo, entende que as mudanças pelas quais passa a universidade pública, afeta negativamente a prática pedagógica e o trabalho acadêmico (GUIMARÃES e CHAVES, 2016).

Isso não quer dizer que as universidades públicas não devam se adaptar aos tempos atuais, e buscar atender as necessidades da sociedade (que é quem as sustenta) de maneira transparente e eficaz. Nesse entendimento, emerge o conceito de Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) que consiste em uma área da IES que oferece alternativas para gerenciamento e busca as melhores práticas em termos de custos, prazos e qualidade de resultados. Como salienta Oliveira et al (2017), o EGP

é definido como uma unidade organizacional formalmente estabelecida cujas responsabilidades incluem: definir, padronizar e defender padrões, processos, métricas e ferramentas; oferecendo gerenciamento, treinamento e serviços de documentação; garantindo o alinhamento de iniciativas com a estratégia organizacional; escrever relatórios de progresso e acompanhamento e enviá-los para os patrocinadores (OLIVEIRA et al., 2017, p. 19, tradução nossa).

Ainda de acordo com Oliveira et al (2017), algumas universidades implantaram o EGP numa tentativa de garantir a eficiência de suas atribuições e de seu desempenho. Embora alguns dos escritórios pesquisados sejam específicos, como o caso da Universidade Federal do Pampa, cujo escritório é voltado para a área de Engenharia Civil, este tema tem sido recorrente em algumas instituições, uma vez que uma das funções do EGP é auxiliar gerentes, pesquisadores, setores e departamentos a instituir melhores práticas de gestão, de acordo com os princípios e estratégias das IES.

Buscamos destacar nessa seção, o quão importante é refletirmos sobre a mudança pela qual a



OBSERVADR





universidade brasileira passa. Os impactos da reforma gerencial se estendem desde a autonomia das IES, o que perpassa pela pluralidade de ideias e financiamento de atividades, até o modelo de gestão adotado, o qual tende a privilegiar o foco em resultados, altera as formas de contratação de professores é evidenciado em ferramentas como mapas estratégicos, gestão por competência, governança e EGP. Concordamos com Chauí (2003) que defende ser necessário adotar uma perspectiva crítica em relação a essas mudanças, para que a universidade pública não se submeta a critérios que servem apenas ao capital e não aos direitos dos cidadãos. Nas seções refletimos sobre como algumas pesquisas relacionam a universidade ao desenvolvimento.

O IMPACTO DAS UNIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO

Segundo Amaral Filho (2001), os novos modelos de desenvolvimento regional estão identificados com as ações de empresas e de instituições públicas, implicando numa relação de reciprocidade e com raízes profundas no território que acolhe tal relação, se tornando uma coletividade ativa de agentes públicos e privados. Ainda de acordo com Amaral Filho (2001) essa concepção de desenvolvimento regional só é possível na presença de três fatores: a) construção da confiança; b) bases concretas para a montagem de redes de comunicação; e, c) proximidade organizacional.

No Brasil, de acordo com Czernisz e Freiburger (2018), a aproximação entre universidade e desenvolvimento deu-se no ano de 2007, com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Educacional. Este plano abrigava algumas ações, como o financiamento estudantil da educação superior, a qualificação docente e a contratação de professores para aumentar o número de vagas, ao menos nas universidades federais. Com a criação de novas universidades e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ampliou-se o acesso à educação superior para os jovens, o que oportunizou inclusão social e consolidação do desenvolvimento regional.

Rolim e Serra (2015) salientam que as universidades vêm recebendo um papel de destaque no desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, as universidades precisam fazer um melhor intercâmbio com a sociedade, no sentido de promoverem sua própria importância e seu potencial em prol do desenvolvimento regional. Existe a possibilidade de um entrelaçamento da academia com o empresariado, porém, as universidades precisam de iniciativa para acompanhar o setor produtivo.

Audy (2017) destaca uma “ecologia de inovação”, onde é possível incluir universidades, governos, empresas e pessoas compartilhando a missão da busca do desenvolvimento econômico e social. Esse ambiente de inovação seria o local onde o processo de atuação da universidade se manifesta com mais força, conectado com os meios empresariais, governamentais e a própria sociedade, ampliando suas missões básicas de ensino e pesquisa.

A Universidade então, começa a se transformar, a si e seu entorno, através desta nova missão – o desenvolvimento econômico e social. Audy (2017) também salienta que essa transformação evidencia um novo modelo de ambiente de geração de riqueza e crescimento econômico, um modelo com espaços físicos mais modernos e diferentes nomes, mas com um significado comum: os parques tecnológicos, científicos ou de pesquisa. Esses parques abrigam soluções inovadoras, ligações com os centros e laboratórios de instituições de ensino e pesquisa, com a



OBSERVADR





capacidade de gerar impacto nos locais onde se situam.

Um exemplo de parque tecnológico bem sucedido é o Parque Tecnológico de São José dos Campos, que abriga empresas líderes de produção, integrando empresas de alta tecnologia, universidades e institutos de pesquisas. Gerido pela Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, o Parque é exemplo de uma parceria benéfica para o desenvolvimento da cidade, com a governança exercida de maneira inter-relacionada (ZAMBANINI *et al*, 2018).

A interação da Universidade com a sociedade é fundamental para entendermos essa perspectiva voltada para o desenvolvimento. Além das vantagens que se apresentam inicialmente, como movimentação da economia local, Hoff, Sanmartin e Sopeña (2011) discorrem sobre os impactos positivos que uma universidade gera ao seu redor, a partir de sua implantação e a influência exercida por ela no ambiente cultural, ambiente empresarial, infraestrutura local, demanda agregada, além de dinamizar a economia regional e gerar emprego e renda. De todo modo, segundo constataam esses autores, quanto maior essa interação, melhores são os resultados.

Essas interações e seus impactos podem ser sentidos na perspectiva do desenvolvimento econômico e nas relações com a região onde está inserida (ROLIM e SERRA, 2015). De fato, os estudos de Hoff, Sanmartin e Sopeña (2011) demonstraram, a partir da observação de um campus da Universidade Federal do Pampa, impactos com efeitos imediatos nos setores imobiliários, gastronômico, comercial (fotocópias e livros), entre outros. Além disso, com a contribuição da universidade, o perfil da economia local muda, agregando valor e inovação. Isso gera avanços em termos de conhecimento e consciência regional, através do compromisso social da universidade (HOFF, SANMARTIN e SOPEÑA, 2011).

As relações entre entidades e segmentos diferentes que sinalizam com a capacidade de avanço da qualidade da educação e melhores condições de vida para a população são possibilitadas através de políticas educacionais, comumente tratadas como programas específicos de governos, e não de Estado (GOES e MACHADO, 2013). Nesse sentido, é primordial levar em consideração as especificidades de cada região para caracterizar essas políticas de acordo com os territórios.

Sob o argumento de que as universidades públicas não podem ficar isoladas, as parcerias surgem como novos olhares para o mercado, sobre o perfil de profissionais necessários para a sociedade, novos saberes e práticas de gestão. De Lima *et al* (2015) demonstram que a cooperação universidades x empresas é vista de forma positiva por seus dirigentes, mesmo que essas cooperações ainda sejam limitadas e formuladas informalmente.

Nesse contexto de cooperação, a universidade cria o conhecimento, e as empresas desenvolvem produtos inovadores, com capacidade de competir com o mercado internacional. Segundo Chais *et al* (2015), a interação universidade-empresa é um diferencial para impulsionar o desenvolvimento de uma região, principalmente o desenvolvimento tecnológico e econômico. Além disso, um dos pontos positivos gerados por este tipo de cooperação é o ajuntamento de conhecimentos, como boas práticas de gestão e disseminação de conhecimentos técnicos.

Contudo, embora observemos esforços para alterar o padrão de ensino, o patamar de influência da universidade no desenvolvimento ainda é pequeno. Embora a universidade deva formar egressos críticos e capazes de se inserir e transformar a sociedade, vemos algumas mudanças em



OBSERVADR





algumas áreas, como colocado por Schutzer e Campos (2014, p. 162): “Espera-se que o planejamento econômico do país integre o ensino superior de forma ampla e não apenas setorialmente, como se observou com a política industrial”, o que faz com que as universidades recebam críticas, por se distanciarem da realidade social.

Ademais, Schutzer e Campos (2014) veem uma relação entre universidades e capital humano para o desenvolvimento. À medida que o nível do ensino aumenta, conseqüentemente a capacidade intelectual dos egressos também aumenta, bem como a produção científica. Essa produção tem o potencial de contribuir para o setor econômico, no sentido de melhorar a qualificação da mão de obra brasileira, embora o número de egressos ainda não consiga suprir a demanda do mercado brasileiro.

Para Ferreira e Leopoldi (2013) é fundamental a articulação entre universidades e o poder público local, direcionados para atividades de inovação, que levem ao desenvolvimento, ou à políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, mas evidencia-se a necessidade de líderes que pensem um planejamento estratégico e que “influenciem e inspirem pesquisadores a se engalarem nesse tipo de projeto” (FERREIRA e LEOPOLDI, 2013, p. 79).

Também é necessária, segundo Chais et al., (2015) que essa articulação esteja de acordo com as necessidades das empresas. Embora o empresariado acredite que as universidades que colaboram com as empresas contribuem para o desenvolvimento regional, um dos pontos destacados por Chais *et al* (2015), é a diferença de processos nos dois meios. Enquanto a universidade é morosa em seus processos, muito por conta da excessiva burocracia, as empresas normalmente possuem um formato mais ágil e competitivo. Outro ponto levantado por Chais *et al* (2015) foi que as pesquisas básicas e aplicadas possuem um distanciamento das necessidades do empresariado.

Gumbowsky (2015) destaca que quanto maior a contribuição da universidade para a sociedade, maior deve ser sua inserção regional, articulando-se com os municípios de entorno. Uma das formas de fazê-lo é através da pesquisa e extensão:

Assim, a pesquisa precisa estar atenta às problemáticas locais. Além da articulação ensino-pesquisa, esse conhecimento necessita extrapolar os espaços da universidade, chegando aos segmentos da sociedade que não têm a oportunidade de acessá-la, aí a extensão passa a constituir-se em um diferencial (GUMBOWSKY, 2015, p. 89)

Mas a contribuição da universidade para o desenvolvimento vai muito além de projetos de pesquisa. Como mencionado por Gumbowsky (2015), outras ações, que muitas vezes não são mensuradas, contribuem para o desenvolvimento: conferências e palestras com assuntos pertinentes à comunidade, acesso à biblioteca, que em cidades pequenas possui o acervo mais atualizado da região, exposições culturais e prestação de serviços à população, além, é claro, da ampliação do número de vagas na graduação e pós-graduação, atendendo aos anseios locais e regionais.

Contudo, há que se salientar que as interações entre ciência, pesquisas e tecnologias não são lineares, mas sim, complexas e podem ocorrer ao mesmo tempo. Audy (2017) destaca que o surgimento das atividades de pesquisa, a evolução da ciência e a inovação como determinantes do desenvolvimento econômico ocorreram de formas diferentes, em diferentes países. O surgimento de novos mecanismos e novos contextos de inovação faz as instituições repensarem



OBSERVADR





seus posicionamentos, gerando novas relações com governos, empresas e instituições. Essas mudanças geram “a necessidade de uma análise dos impactos na visão de futuro, na estrutura organizacional da universidade, nas suas unidades periféricas (na relação com a sociedade) etc.” (AUDY, 2017, p. 81).

Assim, a articulação e cooperação entre universidades e instituições públicas e privadas pode ser a chave para o crescimento de uma região, sendo que o Estado tem papel fundamental nessas articulações “possibilitando maior desenvolvimento tecnológico, competitividade, valor agregado, qualificação de pessoas e produtos, novos saberes e novas práticas na gestão das IES, das empresas e da gestão pública” (DE LIMA *et al.*, 2015, p. 54).

OUTRA PERSPECTIVA PARA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-DESENVOLVIMENTO

Apesar de muitos autores destacarem o desenvolvimento conduzido pelas universidades essencialmente sob a perspectiva econômica, há que se salientar os diferentes aspectos sobre desenvolvimento. Ferreira (2013) propõe uma análise sobre as relações entre o papel da escola e as desigualdades sociais no contexto do capitalismo, apontadas pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Esta análise reflete que as condições de participação social dos indivíduos baseiam-se numa chamada “herança social” que se reproduz de forma contínua numa sociedade, e de que esses indivíduos atuam conforme as possibilidades que possuem.

Podemos transpor as ideias de Bourdieu (2007) sobre a escola para a universidade. Bourdieu (2007) esclarece que as oportunidades de acesso ao ensino superior são resultado de uma seleção que, ao longo da escolaridade, pesa de forma desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Bourdieu (2007) ainda traz o conceito de herança cultural das classes sociais, que é responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e por suas taxas de êxito. Isso se reflete nas taxas de acesso ao ensino superior, pois um jovem da camada superior da sociedade tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um assalariado agrícola ou o filho de um operário.

Conforme Costa e Silva (2019) organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a orientar, a partir da década de 1990, uma educação mais fortalecida e de qualidade nas propostas de reforma neoliberais dos países da América Latina, destacando a importância da educação como estratégia para o crescimento econômico.

Ora, Ferreira (2013) relata que no Brasil, a educação de qualidade é privilégio de poucos que podem arcar com seus altos custos. É necessário então, uma leitura reflexiva sobre a educação, apontada como potencializadora de transformações, mas que, à luz da leitura de Pierre Bourdieu, traduz as limitações da educação, carregando as desigualdades de uma complexa conjuntura política, social e econômica (FERREIRA, 2013).

Isso pode ser refletido numa forma diferente de se pensar o desenvolvimento, ao tratar-se o desenvolvimento como um aspecto de um conjunto maior de necessidades, que dê oportunidades de escolhas aos indivíduos. Ferreira (2013) traz a ideia de Bourdieu, de que a escola traduz as desigualdades dos círculos sociais. Nesse sentido, Sen (2010) já apresentava a noção de que as capacidades de escolhas de um indivíduo estão relacionadas com suas liberdades individuais,



OBSERVADR





liberdades que são garantidas por segurança, saúde, saneamento, educação e demais atividades que garantam o exercício da cidadania para uma pessoa.

De fato, Nogueira e Nogueira (2002) destacam a obra de Bourdieu como uma proposta original que abstraiu da escola o papel central no processo de superação do atraso econômico. A ideia de que por meio da escola pública e gratuita se garantiria a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos entrou em crise nos anos 60 ao reconhecer-se que o desempenho escolar depende não somente dos dons individuais, mas também da origem social dos alunos, da etnia, local de moradia, entre outros (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Há várias teorias que versam sobre desenvolvimento regional (BELLINGIERI, 2017; MADUREIRA, 2015), conseqüentemente, isso também torna difícil definir quais os atores imprescindíveis para este processo. Madureira (2015) também retrata a relevância das universidades para o desenvolvimento regional. Entrementes, a própria UNESCO (2012) destaca a importância da universidade para o desenvolvimento, especialmente no tocante à produção científica, sendo necessário reforçar a investigação científica e tecnológica, para vencer o atraso em relação aos países desenvolvidos, com a ressalva de que também é necessário fortalecer a integração entre universidade e outras instituições públicas e privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bellingieri (2017) considera que, apesar de o conceito de desenvolvimento ter evoluído, as teorias do desenvolvimento ainda são limitadas, não conseguindo determinar, satisfatoriamente, como e por quê o desenvolvimento ocorre. Há diversos paradigmas de desenvolvimento e uma superposição deles, e o crescimento econômico, embora necessário, não é suficiente para o desenvolvimento (BELLINGIERI, 2017). Contudo, Madureira (2015) ressalta que as teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman contribuíram e inspiraram políticas públicas de desenvolvimento regional.

Há que se salientar que a educação não é em si mesma a solução para todos os problemas do desenvolvimento. Os projetos de reformas neoliberais ainda não alteraram completamente a natureza das instituições de ensino superior, mas avançaram numa forma de privatização implícita e indireta (COSTA; SILVA, 2019). De todo modo, é necessário a universidade adaptar-se ao mundo atual, sem perder a sua essência de instituição social, de forma a edificar um sistema de ensino o mais democrático possível (MENDES; SEIXAS, 2003).

Destacamos nesse artigo que o neoliberalismo trouxe com força o gerencialismo para as universidades brasileiras, e isso fez com que as universidades passassem a ter comprometida a sua autonomia, adotassem sistemas de controles gerenciais próprios de organizações privadas que em certa medida podem compreender a missão da universidade junto a sociedade. A gestão focada em resultados, por exemplo, tem se mostrado perigosa por colocar docentes e discentes sob o foco do produtivismo, por gerar adoecimento e comprometer a qualidade da educação por meio de contratações e terceirizações das atividades universitárias. Além disso, a universidade muitas vezes é considerada como agente de desenvolvimento regional apenas sob o prisma de crescimento econômico, outras faces do desenvolvimento são negligenciadas na medida em que se prioriza apenas o que as empresas querem.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Dentro do ideário neoliberal, vem a desobrigação do Estado com o financiamento das atividades das universidades públicas. As reformas pretendidas para a educação superior têm a intenção de descaracterizar as instituições de ensino, submetendo-as a novas formas de organização do capitalismo (PIRES, REIS, 1999). Nesse sentido, o ensino superior passa a ser tratado como gasto e o aluno passa a ser visto como cliente.

A universidade, mesmo como instituição social, pode colaborar para o avanço da inovação e do conhecimento. Um dos caminhos para este processo é a colaboração entre universidades e demais instâncias da sociedade. Essas parcerias precisam alcançar a investigação científica, para que ocorra além da pesquisa básica, a pesquisa aplicada, sem deixar de lado as ações de extensão. Não é um caminho fácil, pois para isso a universidade precisa estar entrelaçada com o setor empresarial, sem deixar de lado sua função social.

Assim, observa-se que as universidades têm a sua frente uma série de desafios para aumentar sua relevância no cenário econômico e social, de forma a alavancar o desenvolvimento regional. Tal desenvolvimento necessita articular os territórios e levar em conta as especificidades locais e seus pontos fortes, que podem ser utilizados para soluções satisfatórias e adequadas. Nesse entendimento, a universidade, através da inovação, da pesquisa, do ensino e da extensão seria apenas um dos aspectos a alavancarem o desenvolvimento, contrária à ideia de que ela, por si só, seja capaz de desenvolver, sozinha, um território.

Por fim, uma vez que nos propusemos por meio desse texto a refletir sobre o significado e a gestão da universidade, à luz do gerencialismo neoliberal, e os seus impactos para o desenvolvimento, consideramos necessário enfatizar a importância da universidade repensar suas práticas formativas e a suas ações de intervenção na sociedade. Nesse sentido, cabe aos gestores universitários, professores e pesquisadores ponderarem sobre como os resultados e as pressões da filosofia neoliberal podem sutilmente distanciar a universidade de sua missão. Além disso, uma vez que a universidade se vê pressionada a contribuir para o desenvolvimento de uma região, dependendo de sua postura e ações, bem como da relação estabelecida com empresas e agentes públicos e privados, ela poderá fortalecer um pseudodesenvolvimento que tenderá a servir apenas aos objetivos capitalistas de grandes corporações.

Os processos de formação educacional da sociedade têm sido chamados, por Silva (2014), de semiformação, uma forma de controle social e econômico do capitalismo. A semiformação, segundo a autora, é refletida no alinhamento de política educacional no Brasil com as reformas neoliberais, pois estas não tem permitido a emancipação e o desenvolvimento social do cidadão. “O projeto neoliberal para a educação nacional, fez com que as instituições escolares viessem a se transformar em *locus* de produção da capacidade de trabalho sem, contudo, garantir a formação plena de um indivíduo crítico, reflexivo e emancipado” (SILVA, 2014, p. 10).

Além disso, a autora destaca que não obstante a reforma da educação sob os pressupostos neoliberais defendam “universalização, qualidade, equidade e eficiência dos serviços educacionais” a realidade tem evidenciado que antigos problemas na educação tem sido agravado, como por exemplo “baixos índices de qualidade e aprendizagem escolar, o absentismo dos estudantes pelo seu processo de formação e a proliferação de analfabetos funcionais” (SILVA, 2014, p. 10).



OBSERVADR





Sob uma perspectiva crítica, o reflexo desses problemas nas escolas reproduz-se na universidade, que também pode ser considerado como um lócus ideológico de neoliberalismo para a reprodução das estruturas sociais, inclusive quando se engaja no desenvolvimento regional. É nesse sentido que Corona e Almeida (2004) argumentam que a teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu “contribui para a reflexão crítica do desenvolvimento, demonstrando que há um arbitrário cultural (eurocentrista) que condiciona nosso entendimento sobre o desenvolvimento e a relevância dos agentes sociais que, a partir de sua cultura (*habitus*) construída ao longo de sua vivência social, jogam ativamente no processo de desenvolvimento” (CORONA; ALMEIDA, 2004, p. 29).

Finalizamos nossas reflexões com um questionamento: se a universidade contribuir para reproduzir as desigualdades existentes, como poderemos defender que o desenvolvimento que se tem alcançado oferece as liberdades, para utilizar os termos de Sen (2010), que os indivíduos de uma sociedade necessitam?

REFERÊNCIAS DE LITERATURA

ABRUCIO, F. L. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, n. 10, 1997.

AGUILERA MORALES, A. Autonomía universitaria: asunto público de interés privado. **Rev. colomb. educ.** Bogotá, n. 70, p. 125-148, Junho 2016. Disponível em <<https://bit.ly/2wNyRuH>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas-PPP**. N. 23. Ipea. Jun 2001. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>>. Acesso em 28 mai. 2019.

ANDRADE, J. M. et al. Terceirização e Precarização do Ensino Superior No Brasil: Uma Revisão De Literatura. **Br. J. Ed., Tech. Soc.**, v.11, n.3, Jul.-Sep., p.393-403, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3dDPQ3e>>. Acesso em 29 jan. 2020.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 75-87, Maio 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3dELdpk>>. Acesso em 07 fev. 2020.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA – p. 6 – 34.**

BORDIEU, P. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 9 ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2007.

BÚRIGO, C. C. D.; LAUREANO, R. J. Desafios e perspectivas da gestão por competência na Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 197-211, jan. 2013. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/27696>>. Acesso em: 30 jan. 2020.



OBSERVADR





CARDOZO, M. A. **A evidenciação das políticas de governança nas IFES: um estudo nas universidades federais do sul do Brasil.** 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100641/309349.pdf?sequence=1&isAlloWed=y>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CORONA, H. M. P.; DE ALMEIDA, J. P. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, 2014.

CHAI, C. et al. Universidade empreendedora: a ótica dos empresários sobre o posicionamento empreendedor da universidade na contribuição para o desenvolvimento regional. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 57-76, dez. 2015. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p57/30863>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

CHAU, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dez. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2QSEzSR>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

COSTA, C. F.; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. **REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 6-35. Dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2wJAERp>>. Acesso em 10 fev. 2020.

CZERNISZ, E. C. DA S.; FREIBERGER, L. D. V. Alterações recentes da educação superior: limites e perspectivas para a universidade pública. **Roteiro**, v. 43, n. 1, p. 277-296, 11 abr. 2018. Disponível em <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/12502>>. Acesso em 30 jan. 2020.

DE LIMA, K. K.; DE LIMA, T. C. M. P.; PASQUALETTO, A. Desenvolvimento Regional: as Instituições de Ensino Superior (IES) e a Interação com o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 37-55, dez. 2015. ISSN 2448-0460. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/4461>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

DE MARCO, R. A.; FIATES, G. G. S. O processo de formação de estratégias em instituições de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 211-233, abr. 2016. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n1p211>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação (Campinas)**. Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 581-601, Nov. 2015. Disponível em <<https://bit.ly/2Jp8RIN>>. Acesso em 29 jan. 2020.

FALQUETO, J. M. Z.; FARIAS, J. S. A trajetória e a funcionalidade da universidade pública brasileira. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 22-41, jan. 2013. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n1p22>>. Acesso em:



OBSERVADR





03 fev. 2020.

FERNANDES, T. da C.; GASPAR, R. Autonomia e gestão universitária em tempos de crise: o caso das universidades estaduais do Paraná. **Laplage em Revista**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. p.215-224, jan. 2018. ISSN 2446-6220. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/432>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A Contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 60-82, jan. 2013. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://bit.ly/2xwtEr4>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

FERREIRA, W. Bourdieu e educação: concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. **e-Mosaicos**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 46 - 59, jun. 2013.

GOES, F. T.; MACHADO, L. R. de S. Políticas educativas, intersectorialidade e desenvolvimento local. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648. Junho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2020.

GUIMARÃES, A. R.; CHAVES, V. L. J. A intensificação do trabalho docente universitário: aceitações e resistências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 567 - 586, jun. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/59914/37019>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

GUMBOWSKY, A. Instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. São José dos Campos. **Revista Univap**. V. 20, n. 36. Dez. 2014. Disponível em <<https://bit.ly/2WPtA09>> Acesso em: 08 fev. 2020.

GRUENING, G. Origin and theoretical basis of New Public Management. **International public management journal**, 2001, v. 4, n.1, p. 1-25.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, nov. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2y9zC1k>>. Acesso em: 09 fev. 2020.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 5, no 2, jul/dez 2015.

MARTINS, V. A. Proposta De Um Mapa Estratégico Para Uma Universidade Pública. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 88-103, maio/ago. 2015.

MENDES, J. M.; SEIXAS, A. M. Escola, desigualdades sociais e democracia: as classes sociais e a questão educativa em Pierre Bordieu. **Educação, Sociedade e Culturas**. Nº 19. 2003. P.



OBSERVADR





103-129.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, Abr. 2002. Disponível em <<https://bit.ly/3bK7Ffl>>. Acesso em 04 fev. 2020.

OLIVEIRA, J. M. de et al. Project Offices and the Federal Universities: A Study on Project Management in the Context of Higher Education Institutions. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 18-28, dec. 2017. ISSN 2236-0972. Disponível em: <<http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep/article/view/582>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PIRES, M. F. de C.; REIS, J. R. T. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. **Interface**, Botucatu, v. 3, n. 4, p. 29-39, Fev. 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2JkbRG7>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto Econômico De Longo-Prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, 6 fev. 2015. Disponível em < <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/29>>. Acesso em 08 fev. 2020.

SIGNORINI, I. Legitimação de políticas científicas locais em função de demandas de internacionalização da universidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 38, n. 105, p. 205-221. Ago. 2018. Disponível em <<https://bit.ly/2UsOQHI>>. Acesso em 30 jan. 2020.

SILVA, R. B. da. A relação universidade-sociedade na periferia do capitalismo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 25-40. Fev. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3dyhTB0>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SILVA, O. V. Educação escolar e neoliberalismo: análise crítica sobre as diretrizes sociais de formação na sociedade contemporânea. **Revista Científica eletrônica de pedagogia**, v. 8, n. 23, p. 1-13, 2014.

SCHUTZER, H.; CAMPOS, S. C. A. **Educação Superior e Qualificação Para o Desenvolvimento Econômico Nacional**. R. Bras. Planej. Desenv. Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-164, jan./jul. 2014. Disponível em <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3588>>. Acesso em 08 fev. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras. São Paulo, 2010.

SOBREIRA, K. R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. S. Governança no setor público segundo IFAC: levantamento do nível de aderência de uma instituição de ensino superior. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 15, n. 1, p. 166-194, 27 out. 2017. Disponível em <<https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/363>> Acesso em 30 jan. 2020.

UNESCO. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década / organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. – Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164 p. Disponível em <<https://bit.ly/3avGDYI>> Acesso em 08 fev. 2020.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ZAMBANINI, M. E. et al. Governança e Desenvolvimento Local: Análise do Município de São José dos Campos. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 86-101, maio 2018. ISSN 2318-3233. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1340>>. Acesso em: 09 fev. 2020.



OBSERVADR

